

Benfica, a realidade de um dos bairros mais abandonados do Rio

Local que sediará a Cidade da Polícia sofre com descaso das autoridades

Giselle Ouchana

De um lado ordem, de outro, sujeira! Benfica, na Zona Norte do Rio de Janeiro, o bairro onde ficará a sede da Cidade da Polícia sofre com total descaso do poder público. É assim que vê quem passa pela Dom Hélder Câmara, extensa avenida que corta vários bairros da Zona Norte carioca.

A região é habitada por moradores de classes média e baixa. É lá que estão as comunidades de Manguinhos, Mandela e Jacarezinho, localidades ainda dominadas por criminosos. Essas favelas recebem, constantemente, ações da Polícia Militar em combate ao narcotráfico. Agentes da Polícia Civil, com apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social, também agem na região recolhendo usuários de crack que ficam espalhados pelas calçadas da Avenida, outro grande problema da região.

Calçadas são os grandes problemas da via. Em alguns pontos, pedestres que circulam pela região precisam caminhar pelas ruas, desviando de carros, motos e ônibus. Eles se arriscam por conta de calçadas inacabadas, construções irregulares e má conservação.

Em frente ao pomposo Complexo de Manguinhos, a calçada é caprichada e o ambiente conta até com um projeto de paisagismo, com árvores espalhadas, distribuindo sombra para quem passa. Do outro lado da rua, as condições são inversas.

Moradores da região reclamam da situação desagradável.

“É difícil encontrar por onde caminhar com tranquilidade. Quando há calçada, não há espaço, pois são dominadas por moradores de rua e usuários de droga. Em muitos outros pontos, há barracas, carcaças de veículos e buracos. Em alguns locais, a calçada é tão estreita, que não serve para nada”, relatou um morador da região que não quis ser identificado.

Outro problema que atormenta a vida de quem circula pelo local é um vazamento de

Foto: Arquivo / Pedro Teixeira



Região habitada predominantemente por moradores das classes média e baixa abriga algumas das comunidades mais violentas do estado

água da linha do Metrô, que cai na rua que dá acesso à localidade conhecida como Buraco da Lacerda. Por lá, poças de água ficam acumuladas, dificultando o acesso de moradores.

Na altura da Suípa (Sociedade Protetora dos Animais), os pedestres têm duas opções: ou caminha pela rua e tenta atravessar por uma poça d'água ou passam por cima de usuários de drogas que ocupam as calçadas.

Quem vive nos prédios da COHAB, próximo à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Manguinhos reclamam das calçadas quebradas.

“Já foram feitas inúmeras denúncias de construções de barracas irregulares e nada foi retirado. Essas barracas são de moradores de rua e usuários de drogas. As calçadas estão em péssimas condições, todas esburacadas”, contou o morador que também reclamou dos pontos de ônibus.

“Além de não ter uma calçada apropriada, o ponto da altura do conjunto dos ex-combatentes não tem iluminação adequada. Temos que esperar o ônibus no escuro”, falou.

Em outras ocasiões, o Jornal

Povo do Rio realizou vários contatos com a equipe de Conservação da Prefeitura do Rio, que ainda não reagiu no local. Por duas semanas, antes da publicação desta matéria, a reportagem do Jornal retornou o contato com a Secretaria. Em nota, a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos informou que já fez a vistoria no local e vai realizar a notificação aos invasores.

“A responsabilidade de conservação das calçadas é compartilhada”, acrescentava a nota.

A má conservação se estende até Maria da Graça, bairro vizinho. Uma praça, localizada próximo a um pré-escolar, onde há grande circulação de crianças, está abandonada. Segundo um morador que acompanhou a equipe do Jornal Povo na região, os postes estão sempre com luzes apagadas e, durante a noite, a região fica ainda mais perigosa.

“Essa praça está abandonada. As mesas de concreto foram destruídas. Os postes estão sempre com lâmpadas apagadas. Lixo é visto por todo lado. Os passageiros ficam no escuro esperando ônibus e moradores de rua pedem esmola a todo momento”, reclamou.



Praças abandonadas e falta de iluminação são cenários comuns do bairro

“

É difícil encontrar por onde caminhar com tranquilidade. Quando há calçada, não há espaço, pois são dominadas por moradores de rua e usuários de droga. Em muitos outros pontos, há barracas, carcaças de veículos e buracos

Morador

”



Além da desordem urbana, da violência e do lixo, a população de Benfica tem que conviver com o drama das cracolândias tomadas por viciados

O progresso não ouviu a

Felipe Martins

Desrespeito. Violência. Crueldade. São poucos os adjetivos para explicar o que a Prefeitura do Rio vem praticando contra os moradores do Morro da Providência, Zona Portuária, que vem lutando contra a retirada forçada das casas por agentes da Prefeitura do Rio de Janeiro. O objetivo do poder municipal é a construção de um teleférico, um plano inclinado, além de outras "melhorias" que provocam a remoção da população local. Vítimas de tortura psicológica, lutam para ficar no chão aonde suas famílias fixaram raízes e criaram laços há mais de 40 anos.

Segundo a Prefeitura, as transformações são parte do projeto Morar Carioca. Trata-se de uma continuação do projeto Favela-Bairro da administração anterior. As benfeitorias incluem a implantação de novas redes de água, esgoto e drenagem, construção de uma creche para 170 crianças, um centro esportivo e um centro de educação profissionalizante. As jóias do projeto são um teleférico que ligará a Providência à Central do Brasil e à Gamboa, e um plano inclinado na Ladeira do Barroso que facilitaria a acessibilidade da população à parte mais alta do morro, indo até à praça da Igreja do Cruzeiro. Todo o investimento chegará ao valor de R\$-131 milhões.

São projetos de melhoria,

sem dúvida, mas que os moradores da Providência reclamam de nunca terem sido ouvidos. Locais escolhidos para as obras vão e já estão destruindo casas que estavam de pé há mais de 60 anos. Para os moradores, a Prefeitura oferece aluguel social de R\$450. Para o plano inclinado, seria destruída parte da escadaria histórica do Morro da Providência erguida por escravos com pedras vindas de Portugal. A Providência é a primeira favela surgida na cidade no final do século XIX.

O drama maior é de moradores que vêem suas casas atingidas por demolições que acontecem no imóvel vizinho, sem nenhum respeito às casas habitadas, abalando a estrutura e podendo causar acidentes e até mortes. A vendedora de planos de saúde Neusimar Faria de Aguiar, 53 anos, é vizinha de uma prédio de seis andares que entrou em processo de demolição pela Prefeitura. Da vila onde mora, de dez casas na Ladeira do Faria, somente ela permaneceu. Todos os vizinhos aceitaram o aluguel social.

Tortura psicológica

"Essa tortura começou em maio, quando a Secretaria de Municipal de Habitação veio aqui e disse que comprou esse espaço. As pessoas (agentes da secretaria) batiam na porta dizendo que a gente não tinha direito a nada. O prédio ao lado

também começou a ser demolido e uma parede inteira caiu na porta da minha casa", contou.

Neusimar viu muitos dos que aceitaram o aluguel social irem morar em situações precárias. Famílias que antes ocupavam imóveis passaram a viver em quartos alugados dentro do morro.

"O aluguel social não me dá a garantia de que eu vou poder alugar um imóvel do tamanho do que eu tenho hoje", declarou. A mãe de Neusimar, Irene Faria de Aguiar, está na Providência há mais de 30 anos. Elas vivem juntas na casa com mais parentes. Dona Irene recebe apenas o salário-mínimo da aposentadoria. Neusimar recebe as comissões de valor incerto da venda de planos de saúde. Perdeu parte da audição em decorrência da toxoplasmose mal curada devido aos problemas da saúde pública.

A Secretaria Municipal de Habitação afirmou que serão construídas 290 unidades habitacionais na Providência e no entorno. Com a ameaça de ser despejada, Neusimar afirmou ter recebido apenas da Prefeitura as alternativas do aluguel social e de um apartamento de dimensões inferiores onde mora.

"Eu quero ter uma vida digna. Tiraram minha mãe de casa e a levaram para conhecer o projeto do prédio e obriga-la a aceitar o aluguel social. Trabalho com decência, não prejudico ninguém. Os tais prédios que estão construindo eu vi a planta. Os aparta-

Obras do 'Morar Carioca' na Providência atropelam patrimônio histórico

Fotos de Carlos Trindade



Plano inclinado vai destruir parte da escadaria histórica do Morro da Providência erguida por escravos com pedras vindas de Portugal



Algumas casas de quem morava há mais de 40 anos na comunidade do Centro do Rio já foram destruídas

“

As pessoas (agentes da secretaria) batiam na porta dizendo que a gente não tinha direito a nada. O prédio ao lado também começou a ser demolido e uma parede inteira caiu na porta da minha casa

Neusimar Faria
Moradora

”



Neusimar reclama que aluguel social oferecido não garante moradia digna

Lei federal protege

A Constituição Federal de 1988 regulamentou o direito à terra. Em 2001, o Estatuto da Cidade trouxe complementações para regras que determinem o direito à propriedade em território urbano: o "usucapião", que garante a casa à pessoa que está no imóvel há mais de cinco anos e durante o período não tenha havido reclamação de posse do dono original da edificação.

Para o direito à posse, além de estar na casa há pelo menos cinco anos, a área do imóvel não deve ultrapassar 250 m² e o dono do imóvel ou familiar tem de estar com residência fixada. O Estatuto da Cidade ainda criou o usucapião coletivo que pode ser usado para moradores de prédios e condomínios. Diz o artigo 10:

"As áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para a sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel

urbano ou rural".

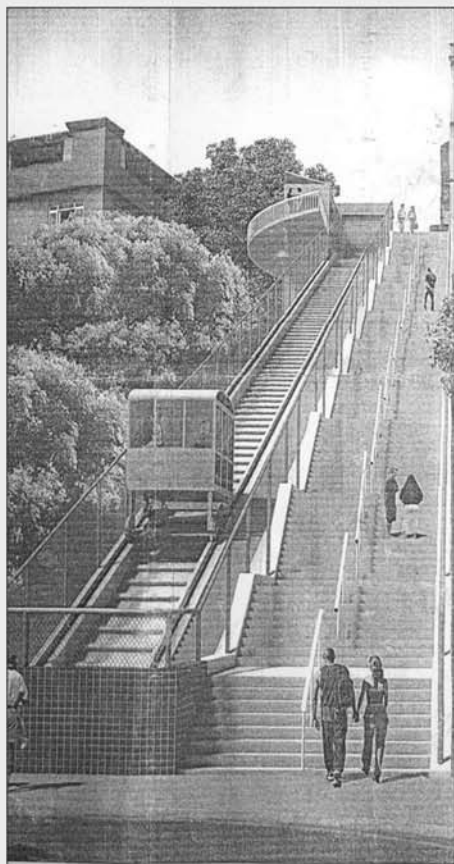
A professora de Direito da Uerj e vereadora Sonia Rabello (PV) explicou que cabe aos moradores da Providência o uso da lei na luta por uma negociação justa com a Prefeitura.

"As pessoas que estão na Providência há mais de cinco anos já tem o usucapião. Não é preciso ter título de propriedade para ter direito à posse. A Prefeitura não tem a serenidade de explicar o projeto a essas pessoas. Não garante à moradia. Não está sendo feito nada", comentou.

Em julho do ano passado, os moradores da Providência foram à Defensoria Pública denunciando a ausência de informações prestadas pela Prefeitura. A Defensoria entrou com liminar pedindo a paralisação das obras enquanto a Prefeitura não apresentasse um relatório das audiências públicas do projeto e um estudo de impacto de vizinhança e ambiental. A liminar foi expedida pela 2ª Vara de fazenda Pública. O município recorreu e conseguiu prosseguir com as obras, mas ficou impedido de realizar a remoção compulsória dos moradores.

voz de quem mora no morro

prometem benefícios mas também e sonhos de moradores



Projeto de plano inclinado e teleférico é considerado obra para turistas e é alvo de críticas de urbanistas e arquitetos

moradores da Providência

"Teleférico é projeto para turista", diz arquiteta urbanista

A arquiteta e urbanista Rossana Tavares, integrante da ONG Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) comparou a ação de remoção do prefeito Eduardo Paes à administração de Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara nos anos 60. Lacerda ficou conhecido por uma desastrosa política de remoções de favelas na Zona Sul e Centro que provocou a criação de outras favelas como Cidade de Deus e Vila Kennedy.

"É uma lógica que parecia superada há uns 20 anos. A administração do prefeito Eduardo Paes não aceita negociação. A população não é oferecida alternativa a não ser aceitar o que a Secretaria Municipal de Habitação quer. A ação é sempre querendo desmoralizar os moradores. O que me salta os olhos é a falta total do direito à informação e o direito à posse", declarou.

Para Rossana, o projeto do teleférico não passa de um novo ponto turístico para a cidade. Em conversa com moradores, foi formulada uma al-

ternativa para o trajeto de um plano inclinado que viria da Central do Brasil em uma área desabitada. Mas a prefeitura não se permitiu ouvir a idéia.

"Está claro que o projeto está ligado ao Porto maravilha. É um teleférico para a contemplação dos turistas. Segundo a gente levantou, serão 800 famílias que serão retiradas para a passagem do teleférico e do plano inclinado", declarou.

A urbanista não é contra a intervenção do poder público, mas entende que dev ser feita com a participação popular.

"A área portuária precisa de requalificação. Mas tem de ser feita democraticamente, com a participação da população", definiu.

A falta de informação e a tristeza de ver o lugar que nasceu destruído arbitrariamente estava nas lágrimas da moradora Márcia Regina de Deus que, aos prantos, resumiu a dor que sentia.

"Estão destruindo a Providência, meu Deus. Eles não estão querendo saber se tem gente do lado, embaixo. Eu estou indignada. Onde nós vamos parar? É o fim do mundo. Só Jesus", disse emocionada.

mentos são quitinetes, bem menor que a minha casa", relatou.

Convivendo com demolições no entorno de casa, ela passou a sofrer com infiltrações no quarto de casa, devido a um cano estourado na obra da Prefeitura. A intervenção municipal também já provocou falta de água e energia elétrica na casa. Mesmo diante de tanta dificuldade, ela continua lutando por uma negociação digna. Conseguiu junto à Defensoria Pública a paralisação da demolição da demolição do prédio vizinho.

"Senhor Eduardo Paes, quais os direitos das pessoas trabalhadoras e honestas que querem viver em paz? O que o senhor pode fazer como governante para ajudar a gente que nasceu pobre não por opção, encontra dificuldades não por opção e está sendo varrido pela Prefeitura de suas moradias", indagou.

Moradora da Providência na Ladeira do Barroso, a aposentada Márcia Regina de Deus, 53 anos, vive a insegurança de a qualquer momento receber o aviso de remoção. Recebeu a informação de que o prédio onde mora seria reformado para novamente voltar para os moradores, mas não recebeu nenhuma garantia de que poderia voltar após as obras para o apartamento que ocupa há 20 anos no morro.

"Aqui está funcionando assim: não sai por bem, sai por mal. Eu não estou pedindo para sair da minha casa. Essa obra ao lado do prédio abriu um buraco no meu

apartamento. A prefeitura vai pagar por isso? O buraco continua aberto.

Criada na Providência, recebeu a informação de que o imóvel havia sido vendido à Prefeitura. Entretanto por muitos anos sequer pagou aluguel. Ela conta que os herdeiros nunca demonstraram interesse no prédio.

"Os herdeiros disseram que não são cabrito para viver em morro. Há muito tempo não aparecia ninguém para cobrar aluguel. A Prefeitura tem que mandar o papo reto. O que eles querem na verdade é fazer uma limpeza social aqui na Providência. Estão tirando todo mundo daqui", declarou.

Núcleo familiar destruído

As obras para a construção do plano inclinado podem tirar o lar de um núcleo familiar que já vive na Providência há 65 anos quando a primeira geração de nordestinos que vieram nesta cidade tentou a sorte aqui chegou. Na casa de três andares na Ladeira do Barroso ao lado da famosa escadaria vivem oito famílias, todos sob a guarda do senhor Ebnéder Souza Leite, 66 anos.

"O que eles ofereceram pra gente é aluguel social de R\$450 para cada família. Estão botando a gente para fora, mas não tem nada construído", contou.

Os familiares, que preferem não se identificar, contaram estar vivendo grande pressão

psicológica. Uma senhora idosa, recém-operada do coração, contou ter recebido inúmeras ligações para que o processo de remoção seja levado em frente com a metragem da casa. Um outro familiar denunciou que um morador da comunidade foi contratado por agentes da Prefeitura para que o trabalho de medição fosse facilitado.

"Da última vez que vieram aqui eu avisei que se acontecesse alguma coisa com ela (a senhora operada), eles iriam pagar por isso. Estamos sofrendo pressão psicológica, intimidação, ficam ligando várias vezes. A gente é nascido e criado aqui. Não estamos pedindo para sair. Eles é que tem que oferecer uma proposta decente", concluiu o homem.

Situação desesperadora vive a dona de casa Maria José dos Santos, há 15 anos na Providência. A jovem tem três filhos pequenos e é vizinha, parede com parede, de uma casa em demolição pela Prefeitura que está afetando a estrutura da casa, podendo causar o desabamento.

"Eu acordo assustada, todo dia tem sido assim. A obra vai das oito da manhã até às cinco da tarde. Essa obra pode matar todo mundo aqui em casa. Eu morro de medo", desabafou.

Enquanto a reportagem do Jornal POVO do Rio esteve no local, o trânsito de moradores com baldes nas escadarias da Ladeira do Barroso era intenso devido a falta de água que persistia há três dias.



Outra construção condenada: moradores desalojados acabam indo para locais precários



Moradora teme que destruição de casas vizinha comprometa seu imóvel

“

Está claro que o projeto está ligado ao Porto maravilha. É um teleférico para a contemplação dos turistas. Segundo a gente levantou, serão 800 famílias que serão retiradas para a passagem do teleférico e do plano inclinado

Rossana Tavares
ONG FASE

”